

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A reformatação do Estado

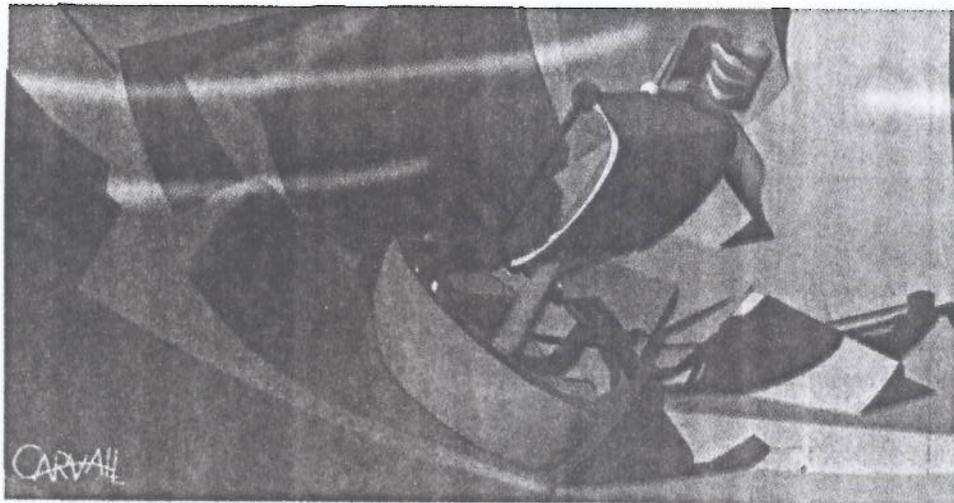
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

As crises mundial e brasileira já eram previstas desde 1996. No começo daquele ano, lancei o livro "Uma Visão do Mundo Contemporâneo", pela editora Pioneira, e levantei sérias dúvidas sobre a possibilidade de a economia mundial contornar o milênio sem violentas turbulências, com a comunidade internacional dramaticamente envolvida. Mais: ponderava que a instabilidade econômica, política e social dos países emergentes levaria os investidores à busca de segurança em troca de rentabilidade, com sérios danos à estabilidade, sem que os países desenvolvidos, protegidos por excesso de recursos, estivessem afastados da zona procelosa.

É que a "aldeia global" já não é mais facilmente compartimentalizável, como se faz com as comportas avariadas de um navio para que continue navegando. Enfim, a "globalização" (irreversível, a meu ver) retira competitividade dos países emergentes e descortina um mundo de "competitividade selvagem" em busca de mercados, com vantagem acentuada para os países desenvolvidos, além de ostentar um caráter predatório inequívoco e uma capacidade incontrolável de gerar crises sem terapêutica adequada.

A gravidade dos acontecimentos, a partir de 1997, antecipou minhas pessimistas previsões. Os quase US\$ 70 trilhões que navegam, muitas vezes sem rumo, no oceano econômico não têm tutela eficaz das autoridades financeiras e são duas vezes superiores ao PIB de todos os países (US\$ 32 trilhões, aproximadamente). Num PIB mundial desse montante, o Brasil, com seus quase US\$ 800 bilhões, tem um peso relativo importante: economias menores (na América do Sul) dele dependem, e economias maiores acreditam que seu grande trunfo —o mercado— poderá ser útil no futuro.

Ocorre, todavia, que, do PIB brasileiro, US\$ 250 bilhões são entregues, a título de tributos, à Federação (União, Estados e municípios), sendo rigorosamente insuficientes para que o Estado sobreviva com as estruturas esclerosadas



de 5.500 entidades federativas. Tais fantásticos ingressos cobrem apenas os gastos com mão-de-obra ativa e inativa do funcionalismo (mais de 60%) e os juros da dívida pública (mais de 30%), pouco restando para a prestação de serviços à comunidade.

Ora, uma carga tributária de 33% do PIB (já considerada a projeção do ajuste fiscal) põe o Brasil no mesmo nível de EUA e Japão, em termos de arrecadação, e no patamar de Uganda, Ruanda ou Suriname no nível da prestação de serviços públicos. Todo o esforço da produção tributária nacional é para sustentar uma arcaica máquina administrativa, que luta para manter o privilégio de seus detentores e pouco se importa em servir à sociedade, salvo exceções que, necessariamente, ocorrem.

O enfrentamento da crise asiática de novembro de 1997 foi incorreto, não só porque o país não fez nenhuma alteração na política de gastos públicos inúteis (a reeleição de presidente e governadores prejudicou a austeridade fiscal), mas também por ter perdido o "tempo certo" para a desvalorização, em meados de 1998, quando as reservas superavam US\$ 70 bilhões, pelos temores de repercussão política na reeleição.

O resto foi consequência já certa para os analistas, que sabem que a economia é um jogo de xadrez, em que as jogadas podem ser vistas por todos, e não um jogo de pôquer com o mercado.

A perda de US\$ 40 bilhões em reservas antes da mididesvalorização de 13/1

demonstrou o quanto se retardou a terapia necessária de correção da falta de competitividade mercantil. Não se sabe se, pelo atraso, a terapêutica surtirá o efeito que surtiria em meados de 98.

Fala-se em "ajuste fiscal" a ser completado; mas o "ajuste" corre na direção oposta à adotada por coreanos e japoneses, que apostaram na recuperação da indústria e na redução de tributos para incentivar a produção interna. No Brasil, o ajuste busca, na recessão, tirar mais recursos de uma sociedade exaurida, que perdeu, em quatro anos, fantástico poder de competitividade internacional, nada obstante o esforço e as adaptações para tentar concorrer, com sensível aumento de produtividade do que restou da indústria nacional.

O certo é que a confiabilidade externa só voltará no momento em que as estruturas do Estado se modernizarem e os governos passarem a exigir menos da sociedade, em nível tributário, para que ela possa dar mais à nação em termos de emprego e desenvolvimento.

Apesar de a desvalorização do real estar gerando um período de turbulência interna, sinaliza uma saudável mudança de rumo. Estou convencido de que os governos deveriam exigir com muito maior severidade a redução das esclerosadas estruturas das 5.500 entidades federativas, em vez de mais sacrifícios de uma sociedade exaurida. É que a sociedade pode salvar o governo, mas o governo, com a manutenção dos privilégios de seus detentores, tem demonstrado uma notável incapacidade de salvar a sociedade. O tempo dirá.

Ives Gandra da Silva Martins, 63, advogado tributarista, é professor emérito das universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

A sociedade pode salvar o governo, mas este tem demonstrado uma notável incapacidade de salvar a sociedade